

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA-UFDPAR

RENATA MARIA DE SOUSA SILVA

ARTE E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO
ENSINO MÉDIO

PARNAÍBA - PI

2021

RENATA MARIA DE SOUSA SILVA

ARTE E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO
ENSINO MÉDIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de
Pedagogia como requisito parcial para a colação de grau
do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Éldo Santiago da Silva

PARNAÍBA - PI

2021

Resumo

A pesquisa tem como objetivo analisar a Arte como articuladora dos Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva formação humana omnilateral. Compreendendo dinâmica social entre a educação e o trabalho artístico situados em uma organização da sociedade de classes. Portanto, favorecendo acessos distintos à educação, à formação ao trabalho e ao entendimento da arte enquanto manifestação humana. Fazendo parte assim de um processo hegemônico que controla a formação do trabalhador artístico e que influencia diretamente no valor de sua obra. O método escolhido foi a análise bibliográfica do estado da arte, efetuada através de uma revisão sistemática da literatura com o levantamento de informações através de livros, publicações de periódicos, sites oficiais e artigos científicos para a construção deste texto de pesquisa. O trabalho está dividido em sessões, respectivamente, Trabalho: produção e reprodução de vida, o Estado e as ideologias, educação, arte e o ensino de arte. Buscando Levantar o questionamento, se a valorização da mercadoria vem através do currículo e do acesso aos graus superiores da educação, qual o valor da arte popular? Os artistas da classe trabalhadora ou os artistas técnicos estarão em desigualdade sobre a valorização da sua produção e qual o caminho para formação humana omnilateral? Entendendo que a arte se encontra capturada por um sistema de valor que é vinculado ao modo de produção vigente e suas formas de reprodução e perpetuação. Defendendo que é preciso possibilitar aos alunos e aos educadores o cultivo e gosto pela arte, estimular a visitação à museus, galerias de arte, centros culturais, espetáculos de música e dança para que a escola, antes de ser apenas uma porta para formação de profissões comprometidas com a reprodução do capital, possa também estar voltada para a democratização do conhecimento e do fazer com relevância ao desenvolvimento humano. Assim, além de encantar nossos olhos, ouvidos e tato, a arte possa ser mecanismo de inclusão e valorização das práticas, saberes e culturas de cada habitante deste planeta, possibilitando um fundamento de cidadania humana.

Sumário

Introdução.....	3
Trabalho: Produção da vida.....	6
Estado e as Ideologias.....	11
Estética.....	16
Padrões de Beleza.....	17
A Educação Fragmentada e a Necessidade de uma Educação Integral.....	19
A Arte e o Ensino de Artes.....	22
Conclusão.....	27
Referências.....	29

INTRODUÇÃO

A arte é uma manifestação humana que remota a idade da pedra, presente nas pinturas rupestres encontradas nas cavernas. Seu desenvolvimento se entrelaça a própria evolução humana, como ser que pensa e se expressa, como ser que interage e modifica, é produto cultural e documento histórico, emociona, humaniza, faz parte da vida das pessoas. Então, por que a arte nos parece ser tão incompreendida e mal manuseada pela população? O ensino de arte no âmbito escolar, é muito mais recente e por muito tempo foi um conhecimento restrito a uma camada da população, motivada pela separação de classes e por uma escola dualista, que separa os saberes intelectuais dos saberes manuais.

O trabalho é a ação por meio da qual o homem produz a sua existência. Pelo trabalho o homem transforma a natureza e cria a si mesmo. Assim, arte e o trabalho constituem duas esferas fundamentais da vida humana que estabelecem entre si uma relação dialética. Nos modelos de escolas presentes nessa sociedade, o conceito de trabalho é reduzido a emprego e a arte ao lazer, quando se separa a escola para classe trabalhadora e seus filhos, e a escola para as classes dirigentes.

Temos como objetivo: Analisar a Arte como articuladora dos Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva formação humana omnilateral. Assim, temos que compreender que a dinâmica social entre a educação e o trabalho artístico situa-se em uma organização da sociedade de classes. Portanto, favorece acessos distintos à educação, à formação ao trabalho e ao entendimento da arte enquanto manifestação humana. Desvela-se assim um processo hegemônico que controla a formação do trabalhador artístico e que influencia diretamente no valor de sua obra.

O método escolhido foi a análise bibliográfica do estado da arte, efetuada através de uma revisão sistemática da literatura com o levantamento de informações através de livros, publicações de periódicos, sites oficiais e artigos científicos para a construção deste texto de pesquisa. O trabalho está dividido em sessões, respectivamente, Trabalho: produção e reprodução de vida, o Estado e as suas ideologias, educação fragmentada e a necessidade de uma educação integral, arte e o ensino de arte.

Na sessão sobre trabalho discutimos sobre como a vida material determina a o caminho dos homens, sendo a sobrevivência, ou seja, a produção dos meios de subsistência, nossa força instintiva primordial, ela influencia diretamente nas relações sociais e determina a consciência humana. Como vivemos em uma sociedade capitalista, a sobrevivência é determinada pelo trabalho, pelas relações de produção e pelo poder econômico gerado por elas.

Dialogando com o conceito de divisão social do trabalho e como ele separa a sociedade em intelectuais e técnicos, entre os que governam a produção e os que são governados pelo sistema de produção.

Com a sessão do Estado e as ideologias, discorremos, com a ajuda de Althusser (2000) sobre os aparelhos ideológicos e repressivos e a forma como agem sobre a liderança da classe hegemônica que usa a indústria cultural como ferramenta de propagação dessas ideologias. Quando essa indústria subordina a arte ao capitalismo, sendo que para o capitalismo a arte é apenas um elemento de manutenção da ordem quando serve apenas como propagadora dos discursos das classes dominantes, determinando padrões criados dentro dos aparelhos ideológicos culturais do Estado, padrões que serão propagados pelo aparelho ideológico da cultura, da mídia, da escola etc.

Na sessão de educação destacamos a importância do ensino, tanto para o trabalho artístico quanto para a formação humana omnilateral. O academicismo aliado da elite, é desenvolvido e distribuído através do maior aparelho ideológico que o Estado possui: a Escola. O que causa uma grande desigualdade no Brasil onde inicialmente, a educação formal é destinada apenas a camada dominante. A formação educacional do povo é considerada desnecessária, já que estão destinadas ao trabalho braçal, em contrapartida a classe dominante desenvolve outras realidades e oportunidades. “As crianças pertencentes as classes dominantes devem desenvolver as habilidades fundamentais para assegurar seus privilégios sobre as demais camadas sociais” (NETO, 2014. p. 17).

A dicotomia que toma a escola e a torna dualista, ora oprimindo os filhos dos trabalhadores, ora proporcionando objetivos diferentes para os filhos da elite que encontram na escola oportunidades que os levam aos graus superiores da educação onde os artistas são reconhecidos como artistas plásticos com obras de arte legítimas. Enquanto para os trabalhadores sobra a aprendizagem dos rudimentos do ler e escrever e no campo artístico são denominados de artistas populares ou artesões. Assim, o acesso ao ensino de qualidade fica sendo determinado, não pela escola, como deveria, mas, pela origem social, nas diferenças de classes que influenciam diretamente o acesso e a permanência no sistema.

Finalizando com a sessão sobre Arte e o ensino de arte. Onde trabalhamos a importância da arte em seu contexto histórico e como a práxis educacional se faz fundamental para o desenvolvimento do homem de forma integral, onde entendemos que a desvalorização do ensino de artes, também tem um significado histórico, político e de classes, pois quanto mais

os sentidos forem despossuídos do seu potencial transformador mais esses sentidos estarão subordinados ao controle e a dominação de classes. Levantando o questionamento, se a valorização da mercadoria vem através do currículo e do acesso aos graus superiores da educação, qual o valor da arte popular? Os artistas da classe trabalhadora ou os artistas técnicos estarão em desigualdade sobre a valorização da sua produção e qual o caminho para formação humana omnilateral?

TRABALHO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA

O ser humano é complexo e sua existência é transpassada por muitas questões, filosóficas, teológicas, econômicas, espirituais, biológicas etc. Mas, se for possível haver uma hierarquia, seria correto afirmar que o homem primeiro está nas relações sociais, primeiro ele produz os meios para a sua existência, ou seja, a vida material determina a sua consciência e não o oposto, e para tanto o trabalho é fundamental, pois é por meio dele que suprimos nossas necessidades básicas.

Na sociedade capitalista da qual fazemos parte, o trabalho é o iniciador, o caminho de introdução para a inclusão social e aos direitos essenciais e basilares do ser humano, para que nos constituamos como seres, primeiro temos que nos constituir como trabalhadores e para que o indivíduo seja integrado ao mundo do trabalho, ele necessita de uma instrução primeira, que garanta um acervo de informações e um repertório satisfatório que esteja de acordo com o exigido pelos postos de trabalho que aspiram e pretendem disputar. Assim, a educação e o trabalho devem possuir uma relação de cooperação de forma que seja possível o desenvolvimento de saberes que permitam, ao mesmo tempo, ser um cidadão ativo nos processos políticos do sistema de produção, enquanto compreende também as relações de poder e as ideologias hegemônicas enraizadas nas estruturas sociais que determinam seu modo de vida e suas concepções. Como defendido por Ciavatta (2009):

Princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, dos quais derivam leis ou questões mais específicas. No caso do trabalho como princípio educativo, a armação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se arma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (CIAVATTA, 2009, s.p.).

O trabalho molda, por seu caráter formativo, o homem integralmente, como Marx (2015) defende, que as relações sociais são determinadas pelo trabalho e pelas relações de produção das mercadorias, desde as sociedades tribais até as sociedades capitalistas atuais. No entanto, a divisão do trabalho só se consolidou quando houve a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Ficando com o trabalho intelectual a responsabilidade, através de seus trabalhadores técnicos científicos, a organização do sistema de produção e para os trabalhadores manuais a submissão ao sistema de produção conflitante capitalista. Distribuindo

o saber de acordo com as necessidades de instrumentalização do trabalhador para diferentes funções na ordem da divisão social do trabalho.

Assim, os operários se dedicam ao trabalho pesado em uma relação de troca desigual com o dono dos meios de produção e com os trabalhadores intelectuais. Essa desigualdade se manifesta através da mais valia, ou seja, através da diferença do valor produzido pelo trabalhador e o salário pago pelo empregador, quando mesmo terminado de produzir o suficiente para o seu salário, continua a trabalhar. Por conta do sistema capitalista onde existe lucro e acumulação de capital a partir da exploração da força de trabalho do proletariado.

Para suprir as necessidades básicas da vida como moradia; educação; saúde; alimentação e lazer, o salário precisa atingir diariamente cinco horas diárias, para garantir as necessidades básicas da vida e mais três horas para alimentar o sistema capitalista com o lucro para o patrão e para a empresa. É fixado em lei o direito de todo trabalhador ao salário-mínimo em uma quantia capaz de atender as suas necessidades básicas. Segundo o decreto de lei 339 de abril de 1938, do governo Getúlio Vargas:

Art. 2º Denomina-se salário-mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na "região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (BRASIL, 1938).

De acordo com o departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (DIEESE, 2021), para suprir as necessidades básicas da população brasileira no ano de 2020, o salário deveria ser de R\$ 5. 495, 52 contrastando com a média de R\$ 1. 100, 00 e a metade mais pobre da população, que vive com uma renda média de R\$ 850, 00 por mês, fazendo parte dos 5% mais pobres com cerca de 4,5 milhões de pessoas recebendo R\$ 165,00 mensais.

Analisando a sociedade através da vertente da estratificação social, no Brasil o sistema de classificação engloba cinco estratos sociais, divididos entre classe A até a classe E, com poder econômico decrescente da primeira à última, em uma faixa salarial na classe alta ganhando em média acima de vinte mil reais e a classe mais baixa com média menor do que o salário-mínimo, ao mesmo tempo que, os mais ricos fazem parte de 1% ou cerca de 900 mil pessoas que nos dados do (IBGE, 2019) ganharam 28, 659 por mês, valor que equivale a 33, 7 vezes mais que a média da metade mais pobre dos brasileiros.

Situação potencialmente agravada pela pandemia da Covid-19. Segundo (IBGE, 2019) a projeção para a economia da América Latina era de um encolhimento de 53% no Pib regional,

com a taxa de desemprego de 11,5% e um número de desempregados chegando a 37,7 milhões. O que fez a pobreza crescer 4,4 pontos percentuais em 2020, com a marca de 34,7%, ou seja, mais de 29 milhões de indivíduos na pobreza que terá aumentado 2,5 pontos percentuais e indo de 11% para 13,5%, o que gera um crescimento de 16 milhões. O aumento da desigualdade foi maior na região Nordeste com o rendimento de trabalho de 144,90, sendo o mais baixo do país, enquanto o rendimento mais alto fica com a região Sul com R\$ 334,04 de rendimento médio.

A estratificação econômica vai contribuir para um processo de fragmentação, caracterizado por uma estratificação política, quando relaciona o poder conquistado ao poder de consumo. Dando a burguesia meios de garantir o poder através da influência social. Entre a classe mais alta e a mais baixa se encontra a classe média, que possui conceito abrangente, sendo constituída tanto pelos trabalhadores que exercem trabalho predominantemente intelectual, quanto os assalariados que tendem a ser mais próximos da classe trabalhadora, mesmo que o seu desejo e seu investimento sejam para uma ascensão social, o que o distingue essencialmente da classe operária ou informal.

O trabalhador da classe média, assalariado, possui um lugar diferenciado, alguns deles ficam a frente de cargos administrativos controlando o trabalho dos produtores diretos. Enquanto por outro lado, existem os trabalhadores que não estão integrados ao sistema de produção capitalista, o seja, os não assalariados ou uberizados, os empreendedores, o prestador de serviço, trabalhadores desprovidos de direitos trabalhistas.

Essa estrutura social vai se perpetuando e se mantendo ao negar a possibilidade de um indivíduo, que nasce na classe de baixa renda, ter um futuro melhor que a realidade em que nasce, ao passo que dar para a classe dominante vantagens, por essas oportunidades estarem ligadas, direta ou indiretamente, a escolaridade e ao nível de renda de seus pais. Quando falamos de uma sociedade onde acredita-se que, quanto maior é seu grau de instrução, maior será a sua remuneração, ou seja, ao aumentar a sua produtividade o indivíduo terá como resultado um maior poder monetário. Por consequência, as famílias que conseguem acumular mais poder desfrutam de vantagens desproporcionais previamente estabelecidas que transfiguram a mobilidade social em uma fantasia e a meritocracia em um mito.

A classe ao qual nascemos traz consigo dificuldades ou facilidades. Às pessoas das classes exploradas não é dado condições de transição entre os diferentes extratos ou a uma ascensão social. Visto que, o poder econômico hereditário tende a manter a liderança nas mãos da elite, que possui o poder dos meios de produção e dos aparelhos ideológicos. Poder que será

herdado por seus descendentes que beneficiarão seus próprios descendentes em um ciclo de poder hegemônico e assim, os indivíduos desse grupo seletivo, não encontrarão as mesmas tribulações que os indivíduos da classe trabalhadora que iniciam a vida sem uma segurança monetária, em virtude do pouco poder que conseguem adquirir ao longo de sua vida para investir nos estudos e em uma melhor situação de vida. Realidade que destoa da constituição social defendida pela classe dominante que coloca no indivíduo a responsabilidade pela sua derrota ou por sua vitória, por seu sucesso ou por seu fracasso na vida, sem levar em consideração a base material concreta e desigual que guia os processos educacionais e sociais. Portanto é necessário que o trabalho seja desenvolvido com o seu princípio educativo como defende Frigotto ao falar do tema em Marx:

O trabalho como princípio educativo em Marx, não está ligado diretamente à método pedagógico nem a escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. (FRIGOTTO, 2009, P, 189).

As capacidades dadas pelo trabalho, e, portanto, pela educação, devem caminhar entrelaçadas afim de assegurar os direitos humanos, como o direito ao trabalho, lazer, ter um padrão de vida seguro, o direito à instrução, a participar livremente da cultura e o direito à uma ordem social que garanta as condições em que os direitos universais possam ser plenamente realizados. Para tanto, para que esses benefícios existam e deixem de ser um privilégio de classes é necessário que, como dito anteriormente, entenda-se primeiramente que a meritocracia não existe, e assim sendo, a educação superior deve deixar de ser baseada no mérito para que seja assegurada, como dito no artigo XXVI, da declaração universal dos direitos humanos, onde fala -se do direito à instrução.

Ao nega-se o acesso a universidade, nega-se o direito à educação, a cultura, ao aperfeiçoamento e evolução que esses direitos carregam consigo, mantendo a alienação sobre o que todo ser humano deveria possuir sem contestação ou êxito. A sociedade onde vivemos possui a tecnologia e recursos suficientes para que ninguém estivesse passando fome, sem habitação segura, com trabalho justo, com o acesso universal ao ensino superior. Mas temos empecilhos políticos, estruturais, culturais e psicológicos, entre outros fatores, que se não impedem, dificultam bastante a luta material. As universidades devem, então, ficar reservadas a elite intelectual da sociedade, e não a uma elite econômica. Para que a formação humana seja desenvolvida em sua totalidade, ou o mais próximo possível desse ideal, que seja uma formação onnilateral segundo (FRIGOTTO, 2012):

[...] Formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese educação omlateral abrange a educação é emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO, 2013, p, 65).

Uma formação que faça do indivíduo um ser completo através da sua relação com os outros indivíduos em sociedade e em seu trabalho que é o que influencia a sua capacidade de atender as próprias necessidades.

O ESTADO E AS IDEOLOGIAS

Em uma sociedade de classes a estética, a visão artística reforça o modelo de fragmentação que é produto da realidade social da qual faz parte. Assim, a arte não pode ser tomada de forma isolada dos problemas estruturais que compõem a sociedade. A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda história do mundo até hoje. Ou seja, os sentidos do homem não são dados a ele de forma natural, mas são, na verdade, construídos historicamente (MARX, 2015). A indústria cultural e seus representantes subordinam a arte ao capitalismo. A arte para o capitalismo é apenas um elemento de manutenção da ordem estabelecida onde a arte é usada como produto estratégico para disseminação de ideologias.

Dentro das várias visões da arte construídas ao longo da história existem as teorias que defendem a sua função utilitária, o seu papel nas propagandas políticas, podendo ser ferramenta para a propagação dos discursos das classes dominantes. Para isso utiliza como meio a indústria cultural onde define os padrões do que devemos consumir sendo gerenciadas de acordo com as necessidades e interesses da classe a que serve, a ideologia dominante é usada para moldar a mentalidade de toda uma sociedade através dos meios de comunicação.

A indústria cultural dessa forma passa ser usada como um mecanismo de controle, impondo as ideias da classe dominantes com o principal objetivo de padronizar, homogeneizar e fortalecer as grandes massas, trabalhando para a alienação das pessoas, ao mantê-las longe dos processos históricos, das notícias e de importantes decisões, para que a dominação seja possível através da produção cultural. Convertendo a audiência em espectadores passivos, tranquilizando a população em um entretenimento sem risco.

Se existe um padrão, existe também quem estabelece esses padrões. Na sociedade capitalista o modelo é definido pela classe hegemônica que faz, age e pensa pela massa. Nossos discursos são guiados e influenciados pela classe ao qual pertencemos. Essa batalha é travada em dois campos, o da ação prática e no campo ideológico. Os intelectuais de modo geral atuam em funções do campo das ideias. Gramsci (1968) sugere a teoria dos intelectuais orgânicos produzidos pelas classes às quais pertencem. Os representantes da classe dominante ficam responsáveis pela produção e reprodução da ideologia que luta para homogeneizar os valores sociais e culturais que defendam os interesses da classe dominante.

Enquanto para os intelectuais das classes subalternas a tarefa é romper com a hegemonia da burguesia, formulando questionamentos capazes de abalar e superar a alienação. O que torna possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem, todos os homens têm na

sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1968). Alguns pensam, enquanto outros são pensados e guiados pela ideologia.

Para chegarmos à discussão de padrões artísticos, devemos primeiro entender que esses, padrões, serão criados dentro dos aparelhos ideológicos culturais do Estado, definidos pela classe dominante. E que eles só poderão existir dentro de uma sociedade de classes antagônicas que sigam a reprodução das relações de produção. Relações que podem ser divididas em infraestrutura e superestrutura. “De fato, o Estado e seus aparelhos só têm sentido do ponto de vista da luta das classes, como aparelhos da luta das classes, assegurando a opressão e garantido as condições, da exploração da reprodução [...]” (ALTHUSSER, 2000, p, 116).

A nossa discussão explorará, principalmente, a superestrutura, de onde surgem as estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio, econômico, político e social. Através do poder do Estado usando a expressão cultural em sua forma ideológica impregnada nas formas de relações de produção. Devemos entender que para que a classe dominante detenha o poder sobre o estado ela necessita deter o poder da hegemonia sobre os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado. Ambos servirão de ferramentas de reprodução social.

Dividiremos o Estado, segundo Althusser (2000) em Poder do Estado e Aparelhos do Estado, buscando evidenciar as distâncias e proximidades de ambos e sua forma de exercer poder através da ideologia e da repressão.

Seguindo a tradição marxista o Estado é visto como aparelho repressivo. Althusser abrange essa definição dividindo o estado em Poder e em Aparelhos. Esses últimos também possuirão uma divisão entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos. O Estado fica definido como um Estado de classes.

Outra distinção importante para o entendimento da discussão, é entender que o Estado está para além do direito, é um conjunto de instituições. Por ser um estado de classes, os interesses seguem o grupo que domina. Não é, assim, nem público nem privado. Mas segue as ordens dos que o governam. Sendo o governo uma das principais instituições que compõem o Estado, é a representante, que gerencia as outras instituições, quem a domina, domina os interesses do Estado.

[...] toda luta de classes política gira em torno do estado. Quer dizer, em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder do estado por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de facções de classes. (ALTHUSSER, 2000, P.36).

O poder do Estado é a parte que luta pela conservação do poder nas mãos dos dominantes. Envolve principalmente a Infraestrutura, ou seja, qual classe domina a economia e as formas de produção de uma sociedade capitalista. Detém o poder das relações de produção e as relações de trabalho dentro do processo de acumulação de capital. Usando os Aparelhos do Estado como ferramentas de propagação de seus ideais e de seu domínio sobre a classe dominada.

Os Aparelhos serão divididos de acordo com a sua função. Os aparelhos repressivos do Estado serão: o governo, a administração, o exército, os tribunais, a polícia, as prisões etc. Esses aparelhos funcionarão prevalentemente pela violência e, em um segundo comando pela ideologia. O contrário do que acontece com os aparelhos ideológicos onde a sua reação inicial é a ideologia. Os aparelhos repressivos serão uma unidade organizada e subordinada à um comando, assegurada pela organização centralizada e unificada sob a direção dos representantes das classes no poder. Desenvolvendo também a função de assegurar pela força, física ou não, as condições da reprodução das relações de produção, então de exploração. Gerando as condições políticas perfeitas para a aplicação dos aparelhos ideológicos do Estado. Gerados pela ideologia dominante.

Os aparelhos ideológicos do Estado serão: a igreja, a escola, a família, o jurídico, a política, sindicatos, a cultura, mídia etc. Assegurada, na maioria das vezes em formas contraditórias, pelos dominantes, através de múltiplos meios, relativamente autônomos, suscetíveis a contradições, acompanhando a ideologia que domina o discurso.

Ressaltando que ao falarmos de ideologia é necessário esclarecer que a linha de significados que seguiremos para dialogar será, segundo:

Sabe-se que a expressão a ideologia, foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e pelos seus amigos, que lhe atribuía por objecto a teoria (genética) das ideias. Quando, 50 anos mais tarde, Marx retorna o termo, dá-lhe, a partir das Obras de Juventude, um sentido totalmente diferente. A ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. (ALTHUSSER, 2000, p.69).

Assim, pensaremos a ideologia como o sistema de ideias e não como um conjunto de ideias, apenas. São os discursos que influenciam a visão de indivíduo e de local social. Quem conta a história, perpetua a ideologia dos que vencem. Quem domina controla a ideologia dominante. As ideologias serão então posições de classes. Com uma diferença, que para Marx a ideologia não possuía história enquanto para Althusser a ideologia possui uma história própria daqueles que a criam. Principalmente através dos aparelhos ideológicos do Estado. Aqui,

chegamos no ponto da discussão. Os padrões artísticos seguirão os interesses da classe dominante pelo aparelho ideológico da cultura, através das artes plásticas e outras artes, mudando de forma a depender do público a que for direcionada, tomando outras maneiras físicas e intelectuais que sejam mais eficazes como ferramenta do poder que o Estado exercerá sobre os padrões artísticos daquela sociedade.

De acordo com Aranha (1996), a ideologia é um fenômeno de poder de uma classe sobre outra. A classe produz uma narrativa sobre si mesma e acredita nela com a única e verdadeira. A partir da descoberta do inconsciente. Sabemos que entre a nossa vida material e o campo da cultura, da crença, da religião, existe um elo que nos liga, que faz de nós seres históricos, nos faz reflexo de nossa classe social que é o nosso inconsciente onde as ideologias são formadas para justificar as práticas sem que consigamos perceber que a sua formação está ligada a prática que possibilitam que elas sejam formadas. A incapacidade de perceber que as condições materiais produzem as ideias é a própria ideologia, o ponto cego para não percebermos que a forma com a qual pensamos está condicionado com a forma pela qual vivemos e produzimos a nossa vida. Principalmente a classe exploradora.

A ideologia é, portanto, um fenômeno das sociedades divididas em classes. Por meio dela a classe dominada não percebe a divisão que a inferioriza, assumindo os valores dominantes, não é capaz de elaborar a consciência própria da classe a que pertence. (ARANHA, 1996. p. 16).

No entanto nem toda arte serve para entreter e alienar. Existem obras de artes voltadas apenas para a estética, que nos trazem beleza e expiram. Essas obras possuem o seu valor, claro, mas na arte há outras razões para a criação de obras pelos artistas, a intensão pode ser de provocação, para abrir um diálogo entre intelectuais orgânicos de diferentes classes, para o compartilhamento de discursos de grupos que vivam perto ou longe, que tratem de problemas reais que não podemos esquecer, de direitos que não devemos esquecer. Devemos pensar as obras de arte através do que elas têm a oferecer de educativo e não a partir dos preconceitos que carregamos. É uma oportunidade de poder contextualizá-la, humanizando-a para compreendê-la em sua importância na formação humana.

A classe que possui o poder político e econômico, cria certos valores a certas representações. Por tanto, o conceito de belas artes é produto de um processo de atribuições de significados que impõem o poder da classe dominante. O que gera uma convicção de superioridade artística de tais grupos por serem ditos como a referência cultural, estética,

intelectual... etc. O pertencimento ao grupo dominante constitui uma forma de identidade privilegiada que não são atingidos pelos estigmas limitantes da sociedade que negam o acesso a oportunidades.

Se o cinema, o teatro, a televisão, a moda e todas as expressões artísticas são dominadas por uma classe, elas poderão ser usadas como ferramentas de dominação ao fortalecer a admiração em certos padrões que servem a uma estética desejável, enquanto excluem outras formas de expressões. O modo dominante faz escolhas selecionadas e organizadas conscientemente para naturalizar uma estética determinada, estabelecendo limites e pressões, como afirma, (WILLIAMS, 2005):

[...] essas leis, constituição, teorias, ideologias, que são constantemente consideradas naturais, ou de validade e significado universais, simplesmente devem ser vistas como a expressão e ratificação da dominação de uma determinada classe [...]. (WILLIAMS, 2005 p. 216)

As expressões artísticas classe dominante, são então, a forma dominante de se pensar e entender o belo e o que é aceito como tal. Pois, possuem a força material na sociedade e a mesma é também quem guia a potência espiritual e intelectual. Criam-se assim, uma arte hierarquizada e pressa ao preconceito do idealismo das elites. Nossa relação com a arte não será espontânea, mesmo quando acreditamos ser uma opinião “livre”, estamos na realidade sendo determinados, utilizamos os instrumentos culturais que possuímos.

ESTÉTICA

Estética é uma área do conhecimento denominada como a filosofia da arte. Com sua origem entrelaçada a origem do próprio homem, em suas primeiras produções artísticas nas cavernas. No entanto, é discutida inicialmente, como a conhecemos hoje, na Grécia no termo *aisthesis* que se refere a toda a região da percepção e sensação humanas. (EAGLETON, 1993). Era investigada ao lado da lógica e da ética, unindo na análise da obra de arte, categorias como beleza, bondade e verdade, sem a autonomia de uma disciplina própria. Os gregos possuíam sua própria visão de artista, como afirmam Aranha e Martins:

Na Grécia não havia a ideia de artista no sentido que hoje empregamos, uma vez que a arte estava integrada a vida. Nesse período foram desenvolvidas técnicas cuja principal motivação era produzir cópias da aparência visível das coisas. A função da arte era criar imagens de coisas reais, imagens que tivessem aparência de realidade. (ARANHA; MARTINS, 1991, p. 363).

Existia uma hierarquia entre as artes da razão e as artes manuais devido a visão do trabalho como destinado aos escravos, cabendo ao bom cidadão grego as atividades do intelecto. A beleza era entendida de forma objetiva afirmando a existência “do belo em si”, presente no âmago do “mundo das ideias” incutindo por tudo o que é belo. O que faz com que surja uma distinção entre o artista e o artesão, o primeiro como visto como um contemplador sem o peso do trabalho manual visto como um castigo.

Na idade média a noção de belo como perfeição é mantida e relacionada a religião como uma inspiração divina. A arte foi utilizada como uma ferramenta à disposição da fé com a finalidade de afirmar o poder da Igreja cristã. O que tornou a beleza por si mesma um pecado.

No renascimento busca-se a separação da visão religiosa da beleza se ligando a uma produção mais fiel da realidade valorizando a técnica do artista relacionada às promoções, formas, e com a harmonia da natureza. A arte passou a ser vista como um trabalho intelectual rompendo sua práxis.

Em meados do século XVII a estética é inaugurada como área do conhecimento da filosofia buscando compreender os modos de produção da beleza da arte com a obra *Aesthetica*, do filósofo alemão Alexander Baumgarten tornando a estética um ramo independente da metafísica, da lógica e da ética. Quando a arte passa a ser estabelecida como uma produção capaz de gerar valor econômico. O filósofo buscou estabelecer regras para o julgamento do valor estético da natureza e produção artística capaz de atribuir valor a uma obra em uma compreensão que deveria ir além do simples gosto.

A partir do pensamento do filósofo Immanuel Kant assume-se uma nova visão da arte como um instrumento de comunicação. A existência da arte depende do artista e o seu gosto é visto então, como uma construção que acontece através da educação desse gosto.

Para Kant a investigação do belo deve pautar-se pela análise da faculdade do juízo, a partir da qual o gosto se expressa, e que é na experiência do sujeito e não dos objetos que se deve procurar a definição da beleza em algo, já que “a beleza não é nenhum conceito do objeto” (KANT, 1993, p. 136).

Segundo Kant, para alguma coisa ser considerada bela, antes é necessário que se compreenda o que ela verdadeiramente é. É preciso universalizar o juízo de gosto. Tomando a educação o caminho para o entendimento da arte e a partir dela, a formação do gosto. Assim, o juízo de gosto liga a universalidade da apreciação do belo e a singularidade do artista, da obra e do público.

Com os teóricos da escola de Frankfurt, fortemente influenciados pelo marxismo. As discussões da estética são realizadas através do contexto da superestrutura, através dos seus mecanismos que determinam a personalidade, a família e as autoridades. Os teóricos dessa escola defendiam que as técnicas de dominação são dadas pela indústria cultural responsável pela massificação do conhecimento, da arte e da cultura.

A arte é a filosofia se encontra na estética. Muitas teorias da estética até hoje buscam trazer de volta a práxis para a produção do conhecimento artístico.

OS PADRÕES DE BELEZA

No campo da estética temos a chance de percebermos elementos significativos no desenvolvimento da ideologia da classe dominante sobre grupos historicamente oprimidos, ao analisarmos quais são os padrões estéticos, o que é aceito e o que não é, o que deve ser mantido ou excluído para garantir a prevalência dos interesses da classe hegemônica.

Estética, uma palavra originária do grego *aisthesis*: significa genericamente percepção ou sensação. É parte da filosofia que estuda o que julgamos e percebemos daquilo que é considerado belo, as emoções que essa percepção produz e a definição que se pode fazer entre o que é de fato belo ou não. Portanto, o belo é uma percepção e como percepção pode ser alterada, manipulada ou influenciada. [...] (BERTH, 2019.p. 113).

Com um padrão de beleza, ou seja, um padrão “ideal” de beleza propagado pelos meios de comunicação que seguem os interesses da classe burguesa, é definido um determinado tipo

de estética bonita e aceitável. Não existe uma obra de arte que não carregue consigo uma ideologia.

A arte pressupõe mitologia que a precede, quer dizer, a natureza e as formas sociais, que são também modeladas, de forma inconsciente, pelo imaginário cultural. São os homens que constroem sua própria história, no entanto não o fazem arbitrariamente, em condições escolhidas por eles, essas condições são determinadas e herdadas. Como não há presente sem história, também não pode haver cultura artística válida sem enraizamento nos valores da tradição (OLDRINI, 2019). A arte grega e europeia que é utilizada como padrão na atualidade está ligada à certas formas de desenvolvimento social que proporcionam a elas certos prazeres estéticos que influenciam as normas e os modelos da classe burguesa.

Na sociedade capitalista os grupos da classe dirigentes, possuidora do poder econômico e político criam os sentidos culturais que contribuem para a possibilidade de atribuições de seus valores e características, de onde surgem identidades e lugares sociais instituídos. Tornando a arte um produto do processo de atribuições de significados que manifestam o poder desses grupos dominantes de construir sentidos que reforçam as relações hierárquica. Sendo uma construção cultural, a arte pertence ao mundo simbólico, como expressão de sentidos que serão então utilizados como meios de dominação de classes.

O conceito de belas artes defendido como um ideal de classe traz consigo a convicção de superioridade cultural dessa classe que irá ditar os padrões artísticos a serem seguidos. O que cria grupos do que se torna socialmente aceitos. O que influenciará um fortalecimento gradual do que admiramos como arte. Esses padrões serão reforçados pelos aparelhos de Estado, incluindo sistematicamente representações que reforçam a mensagem hegemônica que pretendem perpetuar. Segundo Fréville (1971):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, quer dizer que a classe que é a potência material dominante na sociedade, é igualmente a potência espiritual dominante. (FRÉVILLE, 1971, s.p).

O processo de produção da vida material condicionado também, a produção da vida social política e intelectual (MARX, ENGELS, 2014) É através da forma como os indivíduos se organizam para produzir suas condições materiais de sua vida social que determina a vida social que eles levam. Base determinante, estrutura determinada (WILLIAMS, 2005).

A EDUCAÇÃO FRAGMENTADA E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Visto que não há produção possível sem que seja assegurado a reprodução das condições da produção, tanto material, quanto intelectual. O academicismo e seus padrões, citados como aliados da elite são desenvolvidos e distribuídos através de um dos maiores aparelhos ideológicos que o Estado possui: a Escola. Antes do advento da internet, era o aparelho ideológico que dispunha de maior audiência gratuita, dentro de 20 horas semanais. Trazemos para a análise, campos de dois aparelhos ideológicos, o escolar e cultural, mais especificamente o artístico, ambos servindo como ferramentas de propagação das ideologias do Estado e ambos possuindo em si o poder, tanto de estagnação, quanto o de mudança. Sendo os interesses do grupo hegemônico que moldarão e direcionarão esse poder, da escola ou da arte, para a formação ampla ou para a formação restrita, a última estando subordinada e vinculada aos interesses do mercado.

No Brasil, inicialmente, a educação formal destina-se apenas a camada dominante. A formação educacional do povo é considerada desnecessária, já que estão destinadas ao trabalho braçal. Em 1872, meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada. Portugal nunca permitiu a criação de universidades na colônia antes da chegada da família real. As escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisesse, e pudesse, seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobretudo a Coimbra. Invisibilizando toda uma população em situação econômica precária, vivendo em uma sociedade marcada pela escravidão e pelas capitânicas hereditárias onde os lucros ficavam nas mãos dos senhores de terras, originando as desigualdades econômicas e a subordinação e dependência ao capital estrangeiro. Como explicado por Frigotto:

Na realidade, instaura-se e perpetua-se de um lado, a escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural, para as classes dirigentes, e outra pragmática, instrumental, adestradora de formação profissional restrita e na ótica das demandas do mercado, para os trabalhadores, trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento (FRIGOTTO, 2015, p. 231).

A escola como conhecemos hoje nasceu no final do século XVIII e começo do século XIX na Prússia, (DOIN, 2012) onde a organização escolar era baseada na divisão de classes, com uma estrutura que seguia a herança Espartana de obediência, disciplina e do regime autoritário. Buscava a formação de um povo dócil, alienado e preparado para a guerra. Usando a educação como uma ferramenta de produção de trabalhadores úteis para o sistema que pretende conservar

a ordem social a que serve, sem se importar com o dano que se faz em uma perspectiva humana, deste que atenda a perspectiva do sistema.

A dicotomia que toma a escola e a torna dualista, ora oprimindo os filhos dos trabalhadores, ora proporcionando objetivos diferentes para os filhos da elite que encontram na escola oportunidades que os levam aos graus superiores da educação onde os artistas são reconhecidos como artistas plásticos com obras de arte legítimas. Enquanto para os trabalhadores sobra a aprendizagem dos rudimentos do ler e escrever e no campo artístico são denominados de artistas populares ou artesões. E assim, o acesso ao ensino de qualidade fica sendo determinado, não pela escola, como deveria, mas, pela origem social, nas diferenças de classes que influenciam diretamente o acesso e a permanência no sistema.

Essa dinâmica causa diferenciação entre a valorização da produção artística. Os artistas com acesso à universidade e a cursos são designados como artistas eruditos, enquanto aqueles artistas “autodidatas”, vindos das periferias, dos subúrbios das grandes cidades, de comunidades sem possibilidades de inserção a uma formação acadêmica superior, fazem parte da arte do povo. O artesanato é classificado como arte comercial, feita em uma escala de pequenas fábricas familiares, com finalidade direta o comércio e a economia, produção invalidada como produção intelectual devido a aproximação do trabalho manual.

Negar o acesso à educação ampla e a universidade é negar o aperfeiçoamento e evolução trazidos pela educação. No caso das carreiras artísticas “a formação requerida ou possuída para desenvolver uma arte é um dos perfis que faz referência à extrema diferenciação das atividades artísticas e da competição interindividual” (MENGER, 2002, p, 9). Deixando a produção da classe trabalhadora em uma situação de desigualdade em sua valorização. Assim, a educação segue uma lógica onde o aumento da escolaridade proporcionará uma uberdade produtiva e como resultado o aumento da renda.

Uma solução possível para a mudança deste quadro seria uma educação voltada para a formação humana omnilateral, ou seja, formação que busca dar conta de todas as dimensões humanas e suas condições objetivas e subjetivas reais. (FRIGOTTO, 2012). Em contraponto a educação fragmentada que direciona seus objetivos para aos interesses do mercado e que organiza os conhecimentos em gerais e técnicos, intelectuais e manuais. Modelo da escola atual, predominante nas sociedades capitalistas. O que reflete diretamente na visão sobre o trabalho manual e sua desvalorização econômica e baixa remuneração do trabalho produtivo.

Uma escola unitária como a defendida por Gramsci, que possua o caráter científicos de estudos universitários e o caráter instantaneamente prático e produtivo do ensino técnico. Como fica claro no trecho que fala sobre o conceito de escola unitária em Gramsci, de acordo com Magalhães (2018):

Gramsci defendeu uma “escola única inicial, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”, pois não aprendemos somente com a cabeça, aprendemos com o corpo todo, aprendemos como ser humanos. (MAGALHÃES, 2018 p, 51-52)

Uma escola básica dividida em primeiro grau com o objetivo de formar o cidadão, inicialmente abstraída das preocupações do mercado, e em segundo grau com foco na preparação para o trabalho. E uma escola avançada com objetivo profissionalizante abrangendo estudos universitários direcionados para as profissões intelectuais ou estudos da academia para as profissões práticas. Para tanto é necessária uma reconstrução da instituição escolar e os saberes difundidos por ela, pois é uma ingenuidade esperar que a escola supere sua dualidade estrutural se ela se origina nessa mesma estrutura de divisão social e técnica do trabalho.

Devemos dar a educação a sua responsabilidade por uma parcela da formação humana muito importante, a construção da sensibilidade do nosso olhar sobre o mundo, sobre o pensar. A escola não pode ser vista apenas como uma local de aprender a ler, a escrever e a fazer contas, ela deve ir além do que é instantaneamente conveniente ou lucrativo. Para tanto é preciso da instituição escolar uma postura que se comprometa com a sensibilização dos indivíduos, que favoreça experiências e descobertas facilitando a expressividade do aluno, conjecturando o conhecimento de si mesmo e que se olhe para tudo com curiosidade e compaixão.

É preciso criar nos alunos e nos educadores o gosto pela arte, estimular a visitação à museus, galerias de arte, centros culturais, espetáculo de música e dança. Para que a escola contribua para a democratização do conhecimento e para a formação humana, criando uma ponte entre a escola e a frequência a museus, estimulando a expansão do conhecimento. Para que isso aconteça o professor tem que ter entendimento nas linguagens artísticas, para que seu ensino seja coerente e diversificado, não se apegado a uma única linguagem. Construindo e transmitindo a cultura, por meio das relações que se estabelecem socialmente em sala de aula, entre professores e alunos em seus papéis de assimiladores e produtores de cultura.

ARTE E O ENSINO DE ARTE

Os padrões artísticos ocidentais originam-se na Europa, centro cultural da elite. Com uma produção feita por e para as camadas sociais dominantes. Cultura trazida para as colônias de uma forma hegemônica desapropriando os nativos do direito a própria cultura. A arte erudita, apoiada pelos aparelhos ideológicos do Estado chega então, como um método superior de expressão por suas formas mais elaboradas, sendo necessário ao espectador um gosto estético mais refinado para a sua contemplação.

A arte popular, por outro lado, é considerada pelos códigos hegemônicos como primitiva, ingênua, intuitiva, que não necessita de um saber intelectual para a sua realização e apreciação, sendo julgada como forma de expressão vulgar e plebeia, considerada pela elite como não cultura. O que marca uma fronteira que separa a arte erudita, que atende aos interesses dominantes, e a arte popular que representa o gosto rústico do povo.

No Brasil o ensino de arte inicia-se com os padres Jesuítas em processos informais, pelas oficinas de artesãos. Em 1816 com a chegada da família real tem começo o ensino formal. Com a construção da academia Imperial de Belas Artes, sobre a tutela da missão artística Francesa. Como afirmam Martins, Piscosque, Guerra (2009):

[...] A arte adquiriu a conotação de "luxo", somente ao alcance de uma elite privilegiada que desvalorizava as manifestações artísticas que não seguiam seus padrões. Definindo deste o início, o que é e o que não é uma expressão artística. (MARTINS, PISCOSQUE, GUERRA, 2009, p, 10)

Os estudos sobre a arte são divididos a depender do público-alvo, para a elite os estudos são voltados a ensinar perspectiva linear com o objetivo de reconhecer os trabalhos dos grandes artistas para evitar a compra de obras falsificadas, uma especialização nos sentidos e nas formas, nas texturas e cores.

Com o progresso industrial, a escola tradicional é voltada para os operários. O ensino de artes segue a valorização do professor como o dono do saber, impondo ao aluno o ensino como reprodução, com exercícios de cópia de paisagens europeias. O produto é mais importante do que o caminho para uma aprendizagem significativa. Preocupava-se apenas com a formação de desenhistas com foco em desenhos geométricos e lineares e direcionada a classe que trabalha nas fábricas.

Com a primeira reforma educacional inspirada pelos princípios liberais o ensino de artes foi direcionado para o desenvolvimento do raciocínio lógico e para o mercado de trabalho. Com a dinâmica do professor que detêm todos os saberes e alunos que o absorvem de uma forma mecânica de regras e leis ditadas por uma maneira clássica de trabalhar a arte. Influenciados pela Escola Nova, com a teoria de John Dewey, e com a semana de arte moderna é criada no Rio de Janeiro em 1948, a primeira "Escolinha de Arte" com a intenção de propor atividades para o aluno desenvolver a autoexpressão e a prática. A arte infantil passa a ser encarada como livre expressão com o objetivo de compreender os processos mentais, a inteligência e a psicologia nas crianças o que permitiu um novo olhar sobre as criações artísticas de outros grupos. Segundo afirma Barbosa (2006, p. 9):

Foram os primeiros modernistas que na sua guerra contra o academicismo atribuíram importância e deram visibilidade à arte da criança, dos loucos, dos índios, dos africanos e dos autodidatas, como códigos culturais construídos à margem dos valores dominantes. (BARBOSA, 2006).

Devendo-se ressaltar que esse movimento de aceitação não encontrou campo fértil e com o tempo se perdeu com a chegada da escola abstrata e minimalista. O que fortaleceu e fortificou a separação entre arte erudita e arte popular. Mesmo que ambas alcancem os mesmos circuitos e visibilidade através de bienais e amostras. A arte popular ainda se encontra em um lugar periférico.

No ano de 1970 foi aprovado a Lei Diretrizes e Bases da Educação nº5692/77 que delibera que a educação artística deve ser componente curricular obrigatório na educação de primeiro e segundo grau. No entanto, com um foco tecnicista que preza a técnica acima do papel reflexivo da arte, caracterizando o saber artístico como uma forma de decoração e seguindo modelos impostos por pensamentos “estrangeiros”. Silva e Araújo (2007) falam sobre essa visão do ensino de arte:

Na realidade, a referida Lei, no campo do ensino da arte, caracterizou-se como uma ação não planejada, pois, as atividades eram desenvolvidas, apenas, para cumprir as formalidades e ocupar os horários, sendo ministradas por professores de outras áreas que não compreendiam o significado da Arte na Educação. (SILVA; ARAÚJO, 2007, P.10).

E em 1973 inicia-se as criações dos primeiros cursos de licenciatura em Arte, com dois anos de duração e voltados à formação de professores capazes de lecionar música, teatro, artes visuais, desenho, dança e desenho geométrico. Um curso que se mostrou insuficiente, chegando a ser denominados de “Licenciatura curta em educação artística”. Estes cursos deixaram um legado para gerações futuras, onde as aulas de arte são confundidas com terapia, um horário de passa tempo, para relaxar, o momento para descansar das matérias difíceis. Fator que influência

diretamente a forma como o ensino de artes é enxergado e desenvolvido até os dias atuais. Contribuindo para a não valorização da arte e a colocando com um lugar inferior na educação escolar. Mesmo que exista um movimento de luta desenvolvido por intelectuais brasileiros que insistem na necessidade do ensino de artes no desenvolvimento afetivo e intelectual dos educandos trazendo a arte para o campo da cognição.

Em 1980, a professora Ana Mae Barbosa, promove a primeira semana de arte e ensino que aconteceu em São Paulo, onde foram discutidos sobre as dificuldades e desafios encontrados no ensino de arte no Brasil. E em 1987 desenvolve a Proposta Triangular para o ensino de arte que engloba três abordagens para a construção dos conhecimentos: a contextualização histórica, o fazer artístico e a apreciação artística. A Abordagem Triangular é a base da maioria dos programas em [arte educação](#) no Brasil, principalmente depois de ter sido referência nos [Parâmetros curriculares nacionais](#) de Arte. O ensino de arte sendo trabalhado em seu contexto histórico e com a práxis educacional se faz fundamental para o desenvolvimento do homem de forma integral, daí entendemos que a desvalorização do ensino de artes, também tem um significado histórico, político e de classes, pois quanto mais os sentidos forem despossuídos do seu potencial transformador mais esses sentidos estarão subordinados ao controle e a dominação de classes.

Em 20 de dezembro de 1996, é aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, estabelecendo no artigo 26, parágrafo 2º “o ensino de artes constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Ocorrendo modificações até chegar à: “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica na nova redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017” (BRASIL, 2017). Havendo um direcionamento para a valorização dos saberes regionais, abrindo uma possibilidade de olhar para a arte periférica e subverter a ordem ideológica, possibilidade essa ainda não aproveitada pela escola que assim, sanciona as desigualdades que ela deveria diminuir.

Os parâmetros curriculares foram elaborados em 1998 contemplando as séries iniciais, no primeiro e no segundo ciclo, ensino fundamental, no terceiro e quarto ciclo e o ensino médio, fixando a arte no currículo como uma área de conhecimento com metodologias, didática, conteúdos e avaliações próprias em uma tentativa de modificação da visão escolar da arte como

apenas uma atividade de lazer, reconhecendo a sua importância para a formação do ser humano. Um passo importante para o ensino de arte, no entanto, ainda insatisfatório.

A arte ainda é um conhecimento pouco difundido e compartilhado, tanto no meio social quanto educacional. O que dá ao ensino de artes um caráter de exclusão social e cultural, mantendo os alunos da classe trabalhadora distantes da arte pela falta de familiaridade com as obras, o que gera certo desconforto e o afastamento de lugares como teatros, museu ou concertos devido à insegurança e falta de conhecimento sobre as formas de acesso ao repertório cultural da humanidade que lhe é de direito.

Na BNCC os conteúdos de arte estão articulados em três eixos que norteiam a aprendizagem: o primeiro refere-se à produção, ao fazer artístico, no segundo a fruição, a apreciação, reconhecendo o universo da arte e em terceiro a reflexão, o conteúdo construído e absorvido pelo aluno sobre as produções artísticas gerais. Assim, o ensino de arte no Brasil é didaticamente formado por três concepções: o ensino de arte pré-modernista, caracterizada pela concepção da arte como técnica, a modernista com o foco na expressão e a pós-modernista que enxerga a arte como conhecimento. Segundo Barbosa (1998), o modernismo é o marco principal para nomear os períodos, utilizando-se de prefixos latinos pré e pós, por ser a primeira grande renovação metodológica na área de arte na educação.

A arte é uma forma de criação de linguagens, a linguagem visual, da dança, cinematográfica, musical, entre outras. Sendo assim, como toda linguagem ela possui códigos e um sistema estrutural de signos que a representa. Da mesma forma que para ler livros, precisamos decodificar as letras, as sílabas, conhecer a gramática, para sermos alfabetizados, letrados nessa linguagem, o mesmo acontece com a linguagem artística. Quanto mais aumentamos nosso repertório, conhecendo autores, artistas, diretores, produtores, maior será a nossa compreensão estética da humanidade. O domínio do código só pode ser adquirido mediante aprendizagem.

Se pensarmos na teoria da comunicação, que para a recepção apropriada de uma mensagem, prevê uma adequação entre o receptor e suas aptidões e a natureza da mensagem. Podemos entender que a decodificação será proporcional à ‘cultura’ acumulada pelo receptor. Quanto mais pobre os estímulos culturais, maiores serão as dificuldades de absorver a cultura produzida. Ou seja, o deciframento de uma obra supõe o conhecimento do código em que se encontra codificada. Para tanto é preciso entender que a apreciação da arte pode contribuir tanto

para o processo pessoal dos alunos, quanto para a sua experiência estética e os conhecimentos que ela traz para a construção das culturas humanas. Visto que através das produções de uma época, somos capazes de entender o pensamento científico, filosófico, religioso e estético, seus valores e suas crenças. De acordo com Chauí (2003, p 150) “O artista é um ser social que busca exprimir seu modo de estar no mundo na companhia dos outros seres humanos, reflete sobre a sociedade, volta-se para ela, seja para criticá-la, seja para afirmá-la, seja para superá-la.” O artista constrói o seu mundo através da sua arte.

A arte é a maneira que temos de expressar a nossa criatividade e a nossa personalidade, é imperativo que o nosso conceito de arte seja o mais abrangente possível. Devemos encarar a arte como uma construção de comunidade de sentido e não como indústria cultural. Se não defendemos a arte e o direito a ela, não defendemos uma formação humana.

CONCLUSÃO

Com função de conclusão, buscou-se dialogar neste texto sobre como a arte pode se tornar uma articuladora dos Direitos Humanos e da formação humana onminilateral. O primeiro entendimento é que a arte se encontra capturada por um sistema de valor que é vinculado ao modo de produção vigente e suas formas de reprodução e perpetuação. Situar a arte como sendo, juntamente a escola, como um mecanismo do aparato ideológico do capitalismo é entender que ao Capital é fundamental atribuir manifestações artísticas com mais ou menos valor, pois é nesse processo que surge a relação mercadológica que sustenta o próprio capitalismo.

Portanto, romper com essa dinâmica é condição para o desenvolvimento do potencial criativo desvinculado de escalas de valor monetário, mas com significado estético e cultural. Atrelar o desenvolvimento artístico ao desenvolvimento da figura humana é condição para uma educação humana. Pois, é através dela que o homem pode se expressar, ser criativo e formar a sua personalidade. É importante que o nosso conceito de arte seja o mais abrangente possível e que detenha o viés mercadológico que concebe a arte como mercadoria. Devemos encará-la como uma construção de comunidade de sentido e não como indústria cultural. Perceber e atuar para que a Arte seja consolidada com um direito que vise a uma formação humana completa.

Ao tentar situar o saber artístico dentro de um contexto de competência é negar a possibilidade da criação longe das amarras da relação de troca característica do capitalismo. Ao situar quais manifestações podem ou não ser consideradas artísticas, o currículo escolar, ao mesmo tempo que instrumentalização a relação da produção artística, nega o acesso à arte e nega o direito a educação, cultura e ao aperfeiçoamento e a evolução que esses direitos carregam. O processo hegemônico que controla a formação do trabalhador artístico e do ensino da Arte nas escolas produz, na maior parte dos casos, aspectos que reforçam a dualidade educacional que se situa no estranhamento oriundo da divisão social do trabalho. Produzindo classes de artistas e apreciadores que são influenciados pela valorização de suas obras dentro de uma lógica instrumental, que restringe o acesso às manifestações artísticas e dificulta o aprimoramento do ofício do artista.

Portanto, É preciso possibilitar aos alunos e aos educadores o cultivo e gosto pela arte, estimular a visitação à museus, galerias de arte, centros culturais, espetáculos de música e dança para que a escola, antes de ser apenas uma porta para formação de profissões comprometidas com a reprodução do capital, possa também estar voltada para a democratização do

conhecimento e do fazer com relevância ao desenvolvimento humano. Assim, além de encantar nossos olhos, ouvidos e tato, a arte possa ser mecanismo de inclusão e valorização das práticas, saberes e culturas de cada habitante deste planeta, possibilitando um fundamento de cidadania humana.

REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os aparelhos e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução. RAMOS, Joaquim Moura. As. Martins Fontes. 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. As. Ver. E atual. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: editora moderna, 1991.

ARAÚJO, Clarissa Martins de; SILVA, Everson Melquiades Araújo. **Tendências e concepções do ensino de arte na educação escolar brasileira: um estudo a partir da trajetória histórica e socio-epistemológica da arte\educação**. UFPE. Pernambuco, 2007.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos utópicos**. 2º ed. Arte e ensino. Belo Horizonte, 1998.

_____. **Teoria e prática da educação artística**. Cultrix, São Paulo, 1975.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei n- 399, de abril de 1938**, Portal da câmara dos deputados. Rio de Janeiro, RJ, Abr, 1938 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13. Fev, 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996**, Portal do MEC. Brasília, Dez, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acesso em: 25. Fev, 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**. Portal do MEC. Brasília, Fev, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art2 acesso em: 28, Fev, 2021.

_____. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Organizadores). Vozes, 2º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira, 15° ed. Rio de Janeiro, 2012

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Mangueiras. Rio de Janeiro, 2009.

COLOMBO, Sylvia. **Pandemia encontra América Latina com raiva e pode gerar 29 milhões de novos pobres**. Folha de São Paulo. Rio de Janeiro. 4. Mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/pandemia-encontra-america-latina-com-raiva-e-pode-gerar-29-milhoes-de-novos-pobres.shtml> acesso em: 28. Fev, 2021.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultura” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica**. UNICAMP. São Paulo, 2007.

DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário**. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> Acesso em: 13, Fev, 2021.

DOIN, GERMAN. **A educação proibida**. 2012 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OTerSwwxR9Y> acesso em: 29. Set. 2021

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Zahar. 1993.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Arte na educação escolar**. 4° ed. Cortez. São Paulo, 2010.

FRÉVILLE. Jean. **Trechos escolhidos sobre literatura e arte, Marx, Engels, Lenine e Stalin**. Lisboa. 1971. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/freville/1936/literatura/index.htm> Acesso em: 23/10/2021

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista brasileira de Educação. Vol.14, n. 40, jan/abr. 2009.

_____. **Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação**. Revista Contemporânea de Educação. Vol.

10, nº20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/rce/article/view/2729/2296> acesso em: 01 de Mar, 2021.

_____. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; (Org.). **Dicionário de educação do campo**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12. IN: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo). Edição e Tradução: COUTINHO, Carlos Nelson. Coedição: HENRIQUES, Luiz Sérgio e NOGUEIRA, Marco Aurélio. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Ed. Cortez, São Paulo, 1968.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade de Juízo**. Tradução: Valério Rondônia; Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Universidade, ciência e violência de classes**. 1º ed. Instituto Lukács. São Paulo, 2014.

MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos. **Trabalho, arte e formação humana: processos de integração/fragmentação no curso técnico de nível médio em teatro da UFPA**. 2018. 146 f. TESE (Doutorado em educação) Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. PICOSQUE, Giselda. GUERRA, Maria Terezinha Telles. **Teoria e prática do ensino de artes: a língua do mundo**. Volume único: livro do professor. 1 ed. São Paulo, 2009.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MENGER, Pierre-Michel. **Retrato do Artista Enquanto Trabalhador: Metamorfozes do Capitalismo**. Lisboa. Roma Editora, 2002.

MOTA, Camila Veras. **Brasil é o segundo pior em mobilidade social em ranking de 30 países**. BBC News Brasil. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44489766> Acesso em: 14. Fev, 2021.

OLDRINI, Guido. **Os marxistas e as artes: *Princípios de metodologia crítica marxistas***. tradução: Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas. 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Base e superestrutura na teoria cultural marxistas**. Tradução: MANFRINI, Bianca Ribeiro; CEVASCO, Maria Elisa. Revista USP. São Paulo. N.65. Mar/mai. 2005.